

ATO CONCESSIVO Nº 024/2024**ESPÉCIE: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ESPECIAL DE PROFESSOR COM PROVENTOS INTEGRAIS E PARIDADE.**

O PREFEITO MUNICIPAL e o DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE EUSÉBIO - IPME, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo de aposentadoria voluntária *especial de professor com proventos integrais* (última remuneração) e com *paridade* aos servidores ativos nº 16144/2021-4, com *fundamento* detalhado no quadro a seguir:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

DISPOSITIVOS	DESCRIÇÃO
Art. 20, §1º e §2º, I da EC 103/2019 c/c II do Caput do Art. 1º da Lei Municipal 1.708/2019.	Direito Adquirido
Art. 20, § 1º da EC nº 103/2019. (Aplicação pelo Art. 1º da Lei Municipal 1.708/2019).	Redução de tempo de contribuição e idade para magistério
Art. 20, § 2º, inciso I da EC nº 103/2019 combinado com o § 8º do art. 4º da EC nº 103/2019. (Aplicação pelo Art. 1º da Lei Municipal 1.708/2019).	Integralidade
Art. 20, § 3º, inciso I da EC nº 103/2019 combinado com o Art. 7º da EC nº 41/2003 (Aplicação pelo Art. 1º da Lei Municipal 1.708/2019).	Paridade
Art. 2º, I, "a" Lei nº 457/2001.	Qualidade de segurado

RESOLVEM:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ESPECIAL DE PROFESSOR com PROVENTOS INTEGRAIS e com PARIDADE à Sra. **ELIZETE GOMES CELESTINO**, matrícula nº 248, ocupante do cargo de PROF.PEB II REF 09-200, Lotada na Secretaria de Educação do Município de Eusébio.

Parágrafo único. O valor do benefício será de [REDACTED] constituído da seguinte forma:

FORMA DE COMPOSIÇÃO:

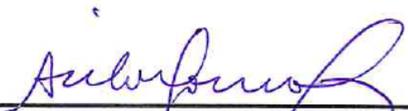
BASE DE CÁLCULO	PROVENTOS
Salário Base (Lei nº 1.757 /2024)	[REDACTED]
Gratificação Especialização - 15% do base (Art. 35, III, § 3º e §4º, I, da Lei nº 1.197/2013).	[REDACTED]
Gratificação de valorização por formação 14,23 % do base (Art. 35º, VI, § 3º e §8º, da Lei 1.197/2013).	[REDACTED]
TOTAL DO BENEFÍCIO:	[REDACTED]

Art. 2º. O benefício será pago em prestações mensais e consecutivas até o último dia do mês de competência, e reajustado conforme a regra do Art. 20, § 3º, inciso I da EC nº 103/2019 *combinado com* o Art. 7º da EC nº 41/2003, sendo absolutamente proibida a adoção de índices de reajuste diferentes entre os seus componentes.

Parágrafo único. Somente após controle e homologação feitos pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE-CE será autorizada a sua inclusão em folha de pagamento.

Art. 3º. Este revoga o Ato Concessivo de nº 002/2022 datado de 14 de julho de 2021, com efeitos retroativos à sua respectiva data.

Eusébio (CE), em 12 de novembro de 2024.


ACILON GONÇALVES PINTO JUNIOR
Prefeito Municipal


PLÍNIO BEZERRA CÂMARA CAMPOS
Diretor-Presidente do IPME